



SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL – STF
Concurso Público – Edital n.º 1/99 – STF, de 23/11/99

Cargo: TÉCNICO JUDICIÁRIO (NÍVEL INTERMEDIÁRIO)
ÁREA: ADMINISTRATIVA

INSTRUÇÕES

- 1 Este CADERNO consta de **cinquenta** questões objetivas, assim distribuídas: **cinco** questões de **Noções de Informática**; **cinco** questões de **Legislação Aplicada ao STF**; **vinte e cinco** questões de **Conhecimentos Gerais e Específicos**; e **quinze** questões de **Língua Portuguesa**.
- 2 Caso o CADERNO esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, o(a) candidato(a) deverá solicitar ao fiscal de sala mais próximo que o substitua.
- 3 Recomenda-se não marcar ao acaso: cada questão respondida erradamente acarretará a perda de 0,25 ponto, conforme consta no edital supracitado.
- 4 Não é permitida a consulta/utilização de livros, códigos, dicionários, apontamentos, apostilas, réguas, calculadoras ou qualquer outro material.
- 5 Durante as provas, o(a) candidato(a) não deve levantar-se nem comunicar-se com outros(as) candidatos(as).
- 6 A duração das provas é de **quatro horas**, já incluído o tempo destinado à identificação – que será feita no decorrer das provas e incluirá a coleta de impressão digital – e ao preenchimento da FOLHA DE RESPOSTAS.
- 7 A desobediência a qualquer uma das recomendações constantes nas presentes Instruções, na FOLHA DE RASCUNHO ou na FOLHA DE RESPOSTAS poderá implicar a anulação das provas do(a) candidato(a).

AGENDA

- I **23/1/2000 (uma hora após o término das provas aplicadas no período da tarde)** – Divulgação do gabarito oficial preliminar das provas objetivas na Internet, exclusivamente no endereço <http://www.cespe.unb.br>, e no quadro de avisos do CESPE/UnB – em Brasília.
- II **25 e 26/1/2000** – Recebimento de recursos das provas objetivas, exclusivamente no Setor de Atendimento a Candidatos, CESPE/UnB, em Brasília, ou via SEDEX, conforme consta no subitem 14.2 do edital supracitado.
- III **8/2/2000** – Data provável da divulgação (após a apreciação de eventuais recursos), no Diário Oficial, dos resultados final das provas objetivas e provisório da prova discursiva para o cargo de Analista Judiciário (todas as áreas); do resultado final das provas objetivas e da convocação para a prova prática de digitação para o cargo de Técnico Judiciário – Área Administrativa; e do resultado final do concurso para o cargo de Técnico Judiciário – Área Apoio Especializado.

Observações:

- Todas as publicações referentes ao concurso estarão disponíveis na Internet, no endereço <http://www.cespe.unb.br> e, exceto o gabarito oficial preliminar das provas objetivas, também no endereço <http://www.stf.gov.br>.
- Não serão objeto de conhecimento recursos em desacordo com o estabelecido no título **DOS RECURSOS** das Instruções ao Candidato.
- Em nenhuma hipótese o CESPE e o STF informarão resultado por telefone.
- É **proibida** a reprodução total ou parcial deste material, por qualquer meio ou processo, sem autorização expressa do CESPE/UnB.



SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL – STF
Concurso Público – Edital n.º 1/99 – STF, de 23/11/99

Cargo: TÉCNICO JUDICIÁRIO (NÍVEL INTERMEDIÁRIO)
ÁREA: ADMINISTRATIVA

Nas questões de 1 a 50, marque, em cada uma, a única opção correta, de acordo com o respectivo comando. A marcação da letra F, na **Folha de Respostas**, não acarretará anulação; servirá somente para caracterizar que o candidato desconhece a resposta correta.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

Nas questões de 1 a 5, considere que todos os programas mencionados estão em configuração padrão, em português, e que o *mouse* está configurado para pessoas destros. Assim, a menos que seja explicitamente informado o contrário, expressões como clicar, clique simples e clique duplo referem-se a cliques com o botão esquerdo do *mouse*.



QUESTÃO 1

A respeito de tópicos relacionados à Internet e a *intranets*, assinale a opção correta.

- A O termo **hipertexto** é o nome usado na Internet para designar documentos com uma quantidade de páginas maior que 50.
- B A expressão FAQ serve para denominar dispositivos de busca (*search engines*) disponíveis na Internet.
- C Um exemplo típico de URL é **fulanodetal@com.companhia.br**.
- D O programa Internet Explorer 5 permite a visualização de páginas da WWW.
- E Uma das limitações da Internet é permitir apenas a transmissão de texto, não permitindo a transmissão de imagens digitalizadas.

QUESTÃO 2

Com respeito ao Windows 95, julgue os itens a seguir.






- I - Um clique duplo no ícone Meu Computador irá abrir a pasta Meu Computador, e um clique simples, nesse ícone, com o botão direito do *mouse* terá o mesmo efeito.
- II - Os dois primeiros passos de uma seqüência correta de ações para obter ajuda no Windows 95 podem ser: clicar no botão  e, em seguida, clicar em Ajuda.
- III - Para copiar um arquivo do disco rígido para um disco flexível, fazendo um *backup*, é correto seguir o seguinte procedimento: abrir Meu Computador; aplicar duplos cliques sucessivos até abrir a pasta em que se encontra o arquivo; clicar sobre o ícone do arquivo; clicar no *menu* Editar e em Copiar; clicar em A.; clicar no *menu* Editar e em Copiar.
- IV - Os primeiros passos de uma seqüência que permite limpar a Lixeira podem ser: aplicar um clique duplo no ícone Lixeira; no *menu* Arquivo, clicar em Limpar Lixeira.
- V - Um clique no botão  faz aparecer uma lista de opções, entre as quais, a opção Atalho, que permite adicionar atalhos à área de trabalho.

Estão certos apenas os itens

- A I e II.
- B I e III.
- C II e IV.
- D III e V.
- E IV e V.

QUESTÃO 3

Com respeito ao Word 7.0, assinale a opção correta.

- A O efeito de um clique simples em  é mudar a cor da fonte da seleção.
- B Para salvar uma cópia de um documento com outro nome no mesmo diretório do documento original, é correto seguir o seguinte procedimento: abrir o documento do qual se deseja fazer a cópia; no *menu* Arquivo, clicar em Salvar como...; na caixa Nome do arquivo, digitar um novo nome para o documento; clicar em Salvar.
- C Para inserir números de páginas em um documento, é correto o seguinte procedimento: com o cursor posicionado em qualquer local da página, clicar em  fazendo que apareça uma janela com o tipo de número desejado; selecionar o tipo de número desejado; clicar em .
- D O efeito de se selecionar um bloco de texto e clicar em  é fazer que apenas o bloco de texto selecionado seja apagado.
- E Um procedimento correto para se localizar um trecho de texto é: clicar em  fazendo que apareça uma janela com a caixa Localizar; na caixa Localizar, digitar o texto a ser procurado; clicar em Localizar próxima.

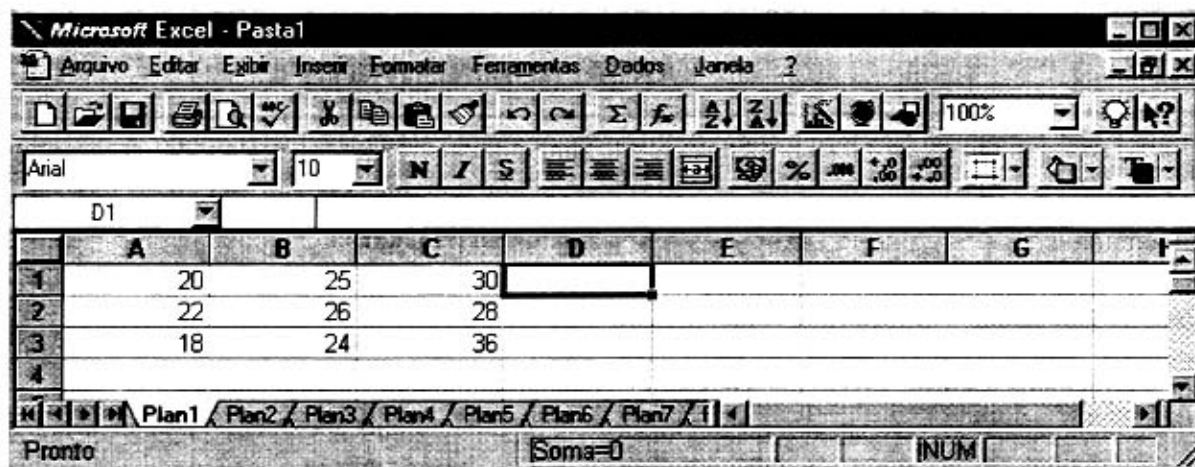
QUESTÃO 4

Com respeito ao Word 7.0, assinale a opção que apresenta associação correta entre *menu* e opção.




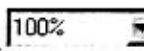
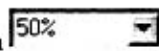


	<i>menu</i>	opção
A	Arquivo	Macro...
B	Editar	Fonte...
C	Formatar	Idioma...
D	Ferramentas	Parágrafo...
E	Exibir	Normal

QUESTÃO 5

A figura seguinte mostra uma tela de trabalho do Excel 7.0.



Com relação à figura e ao Excel 7.0, julgue os itens que se seguem.

- I - Considerando que a célula D1 está ativa, o ato de teclar uma vez a tecla , digitar =soma(A2:C2) e teclar  fará que apareça o resultado 50 na célula D2.
- II - O ato de clicar na célula C1, clicar em , clicar na célula D1 e mudar o número em  para  fará que apareça o número 15 na célula D1.
- III - O ato de selecionar as células C1, D1 e E1 e clicar em  fará que o número 30 seja copiado para as células D1 e E1.
- IV - O ato de clicar na célula D3 e digitar =A3+B3+C3/3 fará aparecer o resultado 54 na célula D3.
- V - O ato de clicar em D1, digitar = A1+B1+C1, teclar  e, em seguida, copiar o conteúdo da célula D1 para a célula D2 fará que apareça o número 75 nas células D1 e D2.

A quantidade de itens certos é igual a

- (A) 1.
- (B) 2.
- (C) 3.
- (D) 4.
- (E) 5.

LEGISLAÇÃO APLICADA AO STF

Nas questões de 6 a 10, as respostas devem observar estritamente e apenas os termos do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal (RISTF), pondo de parte quaisquer discussões acerca de possíveis conflitos normativos decorrentes da incidência de outras leis ou normas de qualquer hierarquia.

QUESTÃO 6

Com relação à composição e ao funcionamento do STF, assinale a opção correta.

- (A) O presidente do STF será sempre o ministro mais antigo, e, ao término de sua gestão, far-se-á rodízio entre os restantes, em função da ordem de antiguidade.
- (B) Considere a seguinte situação hipotética:
João Oliveira é o ministro presidente do STF e está prestes a encerrar sua gestão.
Nessa situação, quando sua gestão encerrar-se, o Min. João Oliveira terá a prerrogativa de escolher a turma que desejará integrar, e o ministro mais moderno da turma que o ex-presidente passar a compor deverá ocupar a vaga deixada pelo novo presidente.
- (C) Considere a seguinte situação hipotética:
Luísa Abreu e Pedro Fagundes são ministros do STF que tomaram posse no mesmo dia. A Min. Luísa Abreu foi nomeada em 1.º de outubro de 1999 e o Min. Pedro Fagundes, em 4 de outubro de 1999. A primeira tem 45 anos de idade; o segundo, 50.
Nessa situação, a Min. Luísa Abreu será considerada mais moderna no Tribunal que o Min. Pedro Fagundes.
- (D) Considere a seguinte situação hipotética:
Romeu Porto é membro de um tribunal superior e vem a ser denunciado, pelo Ministério Público Federal, no STF, pelo crime de peculato.
Nesse caso, caberá a uma das turmas do STF, competente por distribuição, o julgamento da ação penal.
- (E) Considere a seguinte situação hipotética:
Uma turma delibera remeter ao Plenário do STF o julgamento de determinado recurso, dada sua relevância. Após o julgamento, surge determinado incidente processual.
Nessa situação, caberá à turma de origem apreciar o incidente, por força da prevenção, a despeito de o julgamento do recurso ter sido realizado pelo Plenário.

QUESTÃO 7

Um inquérito policial foi arquivado pelo juiz federal, a requerimento do Ministério Público Federal (MPF). Tempos depois, surgiram novas provas, que possibilitariam o início de processo criminal contra o autor do delito. Diante delas e com amparo na Súmula n.º 524 do STF, o MPF requereu o desarquivamento do inquérito. O juiz federal, no entanto, indeferiu o pedido. O MPF recorreu dessa decisão, mas o Tribunal Regional Federal (TRF) competente negou provimento ao recurso. O MPF interpôs recurso extraordinário (RE), que foi admitido pelo presidente do TRF. Ao chegar ao STF, o relator do RE, por entender que o acórdão do TRF contrapunha-se à súmula, deu provimento ao recurso por decisão monocrática.

Diante dessa situação hipotética e à luz das normas regimentais, julgue os itens que se seguem.

- I - No STF, o ministro relator pode, por decisão monocrática, isto é, unipessoal, arquivar ou negar seguimento ao recurso ou a petição manifestamente intempestivo, incabível, improcedente, que contrarie a jurisprudência dominante da Corte ou que denote evidente incompetência do órgão julgador.
- II - Na situação apresentada, o relator errou ao prover o RE por decisão monocrática, pois somente poderia fazê-lo se levasse o processo a julgamento na turma competente.
- III - Na situação apresentada, supondo que houvesse divergência entre as turmas do STF acerca da matéria, poderia o relator submeter o julgamento do RE ao Plenário e não à turma.
- IV - No recurso interposto pelo MPF no caso mencionado, destinado ao STF, não haverá revisor.
- V - Nos casos em que funciona o revisor, cabe a ele e não ao relator pedir a inclusão do processo em pauta para julgamento.

A quantidade de itens certos é igual a

- (A) 1. (B) 2. (C) 3. (D) 4. (E) 5.

QUESTÃO 8

Em relação às comissões e às licenças, substituições e convocações no STF, assinale a opção correta.

- (A) O RISTF apenas prevê a existência de comissões permanentes.
- (B) As comissões de regimento e jurisprudência compõem-se de três membros, designados pelo presidente do Tribunal, o qual não possui total discricionariedade para isso, pois deve observar certas normas regimentais na designação.
- (C) Considere a seguinte situação hipotética:
Dois ministros da Primeira Turma do STF estão em gozo de licença, e determinado julgamento não se pode realizar por falta de quórum.
Nessas circunstâncias, cabe ao Tribunal convocar ministros do Superior Tribunal de Justiça apenas para completar o quórum necessário ao julgamento em questão.
- (D) Considere a seguinte situação hipotética:
O Min. Cláudio Pereira é relator de diversos processos que foram julgados, em decisões unânimes, pela Segunda Turma do STF. Antes de serem lavrados os correspondentes acórdãos, o ministro faleceu.
Nesse caso, caberá ao presidente da Turma lavrá-los.
- (E) Havendo necessidade de substituição do revisor, competirá ao presidente do Tribunal designar o ministro a quem esse mister caberá.

QUESTÃO 9

Acerca dos serviços do STF, julgue os itens seguintes.

- I - O assentamento funcional dos ministros é mantido pelo chefe de gabinete da Presidência do Tribunal.
- II - Se um funcionário do quadro da Secretaria do STF houver de trabalhar durante sessão do Plenário ou de turma, deverá trajar vestuário adequado e, além disso, usar capa preta.
- III - O diretor-geral do Tribunal tem necessariamente de possuir graduação universitária.
- IV - Irmã de ministro em atividade do STF não poderá ser, em hipótese alguma, nomeada para cargo em comissão no referido tribunal.
- V - Os gabinetes dos ministros compõem-se de assessores, assistentes judiciários e auxiliares, todos nomeados em comissão.

Estão certos apenas os itens

- (A) I e III. (C) II e III. (E) IV e V.
- (B) I e IV. (D) II e V.

QUESTÃO 10

Considere a seguinte adaptação de publicação ocorrida no **Diário da Justiça** n.º 201-E, de 20 de outubro de 1999, p. 5.

Recurso extraordinário n.º 187.955-6 (87)
 Proced. : São Paulo
 Relator : Min. Sepúlveda Pertence
 Recte. : Estado de São Paulo
 Adv. : PGE-SP – João Lima
 Recdo. : Marta Menezes
 Adv. : Joana D'Arc
 Adv. : Toledo Silva e outros

Decisão: A Turma conheceu, em parte, do recurso extraordinário e, nessa parte, deu-lhe provimento, nos termos do voto do Relator. Unânime. 1.ª Turma, 5/10/1999.

Diante dessa publicação e em face das emendas regimentais do STF, assinale a opção correta.

- (A) A publicação registrou explicitamente o nome de dois dos advogados da parte recorrida, mas, a rigor, bastaria a indicação de um deles para que a publicação fosse válida.
- (B) O número "87", entre parênteses, na publicação, indica que o julgamento teve lugar na 87.ª sessão da Primeira Turma no ano judiciário de 1999.
- (C) As publicações do STF na imprensa oficial trazem um índice que contém exclusivamente os nomes dos advogados das partes em litígio.
- (D) Se a publicação acima estiver correta quanto ao nome das partes e de seus advogados, mesmo se os nomes destes não figurarem no índice de advogados, a publicação será considerada válida.
- (E) Se a publicação contivesse erro no nome de advogado de uma das partes e a Secretaria da Primeira Turma constataste a falha, esse órgão nada poderia fazer de ofício, até que o advogado legalmente constituído requeresse a retificação da publicação.

CONHECIMENTOS GERAIS E ESPECÍFICOS

Texto RO-I – questões de 11 a 13

Ofício 75/99

Excelentíssimo Senhor Secretário,

Apraz-nos levar ao conhecimento de Sua Senhoria, para os fins pertinentes, que recebemos solicitação do Ministério da Educação do Chile, relativa ao envio do material resultante do seminário "Perspectivas de Educação a Distância na América Latina", realizado em Brasília – DF, nos dias 19 e 20 de novembro último.

2. Muito nos agradeceríamos a Vossa Senhoria, encaminhar-nos o referido material, com a maior brevidade possível, para que o mesmo possa ser remetido aos interessados.

3. Aproveitamos o ensejo para reiterar a Sua Senhoria protestos de consideração e apreço.

Brasília, 30 de novembro de 1999.

José da Silva

DIRETOR

QUESTÃO 11

Com relação ao vocativo e aos pronomes de tratamento utilizados no texto RO-I, é correto afirmar que

- A) todos (vocativo e pronomes de tratamento) estão empregados corretamente.
- B) apenas os pronomes de tratamento utilizados no primeiro e no terceiro parágrafos estão corretamente empregados.
- C) apenas o pronome de tratamento utilizado no segundo parágrafo está corretamente empregado.
- D) apenas o vocativo e o pronome de tratamento utilizado no segundo parágrafo estão corretamente empregados.
- E) apenas o vocativo e os pronomes de tratamento utilizados no primeiro e no terceiro parágrafos estão corretamente empregados.

QUESTÃO 12

Os itens abaixo são reescrituras de trechos do texto RO-I. Julgue-os quanto ao respeito às normas estabelecidas para uma correta redação de correspondência oficial.

- I - Linha 1: **Senhor Secretário:**
- II - Linhas de 2 a 7: **Recebemos solicitação do Ministério da Educação do Chile de envio de material resultante do seminário "Perspectivas de Educação a Distância na América Latina", realizado em Brasília – DF, nos dias 19 e 20 de novembro último.**
- III - Linhas de 8 a 10: **Reinvidicamos, pois, com urgência urgentíssima, o envio do material referido, para que possam-se remetê-los com a maior brevidade.**
- IV - Linha 13: **Atenciosamente,**

A quantidade de itens certos é igual a

- A) 0.
- B) 1.
- C) 2.
- D) 3.
- E) 4.

QUESTÃO 13

Com relação às características do texto RO-I, é correto afirmar que

- A) todos os parágrafos do texto deveriam ser numerados, não apenas a partir do segundo.
- B) a data deveria vir à direita do papel, antes do vocativo.
- C) o vocativo também deveria vir numerado, totalizando-se quatro parágrafos, não três.
- D) não se trata, na verdade, de um ofício, mas de um atestado.
- E) a correspondência não deveria vir assinada, já que se trata de expediente interno.

QUESTÃO 14

Ao oitavo dia do mês de setembro do ano de 1998, às 20h30min, em segunda e última chamada, reuniram-se na sala de reuniões do Banco Jota os acionistas relacionados no livro de presença, na folha 14, verso, para deliberarem sobre assuntos constantes no edital de convocação, o qual foi previamente distribuído a todos. (...)

Pelo teor do trecho inicial do texto oficial reproduzido acima, conclui-se que se trata de um(a)

- A) ata.
- B) relatório.
- C) circular.
- D) memorando.
- E) requerimento.

QUESTÃO 15

Tendo em vista a necessidade de treinamento na área e conforme orientação desse Centro e de acordo com mensagem de 20/11/94 no Informativo n.º 1.000, e considerando ainda a prioridade que tem merecido a melhoria de atendimento aos nossos clientes, solicitamos o especial obséquio de verificar a possibilidade de incluir na pauta dos próximos cursos, ainda que para o próximo semestre, os funcionários abaixo indicados para o treinamento de Atendente de Público, se possível com prioridade.

Sem mais para o momento e certos de sua habitual presteza e atenção para com as postulações deste Posto, desde já agradecemos, colocando-nos à sua inteira disposição para quaisquer informações que se fizerem necessárias no sentido de termos atendido nosso pleito, com a brevidade possível.

O texto acima infringe as normas exigidas de um texto oficial porque

- A) é ambíguo.
- B) utiliza-se de linguagem prolixa.
- C) não se utiliza do padrão culto da linguagem.
- D) não respeita, reiteradamente, as regras gramaticais da norma culta.
- E) é redigido de forma obscura, de modo que não é possível compreender o que se solicita.

QUESTÃO 16

Em função da nova tabela de tarifação para ligações regionais interurbanas duas medidas devem ser tomadas a primeira diz respeito à utilização do telefone estritamente nos horários de tarifa normal a segunda diz respeito à duração das ligações que se devem limitar ao necessário.

Assinale a opção cuja reescritura do trecho de memorando mostrado acima apresenta pontuação correta.

- A) Em função da nova tabela de tarifação, para ligações regionais interurbanas duas medidas devem ser tomadas; a primeira diz respeito à utilização do telefone estritamente nos horários de tarifa normal e a segunda diz respeito à duração das ligações que se devem limitar ao necessário.
- B) Em função da nova tabela de tarifação para ligações, regionais, interurbanas, duas medidas devem ser tomadas, a primeira diz respeito à utilização do telefone, estritamente nos horários de tarifa normal, a segunda diz respeito à duração das ligações, que se devem limitar ao necessário.
- C) Em função da nova tabela de tarifação para ligações regionais interurbanas duas medidas devem ser tomadas; a primeira diz respeito à utilização do telefone, estritamente nos horários de tarifa normal, a segunda diz respeito à duração das ligações; que se devem limitar ao necessário.
- D) Em função da nova tabela de tarifação para ligações regionais, interurbanas, duas medidas devem ser tomadas: a primeira diz respeito à utilização do telefone estritamente, nos horários de tarifa normal, a segunda diz respeito à duração das ligações, que se devem limitar ao necessário.
- E) Em função da nova tabela de tarifação para ligações regionais interurbanas, duas medidas devem ser tomadas; a primeira diz respeito à utilização do telefone estritamente nos horários de tarifa normal; a segunda diz respeito à duração das ligações, que se devem limitar ao necessário.

QUESTÃO 17

Em arquivística, o vocábulo **dossiê** designa

- A) processo.
- B) reunião de peças de uma mesma tipologia documental.
- C) documentos reunidos pela origem e em seqüência cronológica.
- D) processo constituído nas repartições públicas em atendimento aos cidadãos.
- E) unidade documental em que são reunidos informalmente documentos de natureza diversa, para uma finalidade específica.

QUESTÃO 18

O instrumento de gestão documental que estabelece os prazos de guarda e a destinação final dos documentos de cunho arquivístico é denominado **tabela**

- A) de classificação.
- B) de descarte.
- C) de equivalência.
- D) de temporalidade.
- E) descritiva de prazos arquivísticos.

QUESTÃO 19

Desconsiderando-se aspectos tributários, uma aplicação financeira de R\$ 100.000,00, com rendimento mensal contratado de 2% ao mês, no sistema de juros compostos com capitalização mensal, terá, depois de três meses, o valor final para resgate igual a

- A) R\$ 104.040,00.
- B) R\$ 106.000,00.
- C) R\$ 106.120,80.
- D) R\$ 108.000,00.
- E) R\$ 108.243,22.

RASCUNHO

QUESTÃO 20

As finalidades fundamentais da avaliação do desempenho de recursos humanos estão direta e objetivamente relacionadas à necessidade de dar plena aplicação a esses recursos, ao aumento da produtividade e à criação de

- A) um ambiente de troca de conhecimentos técnico-científicos especializados das mais diversas áreas da empresa.
- B) um programa de aumento das vendas anuais da empresa.
- C) um programa de redução de despesas.
- D) um programa de lançamento de novos produtos.
- E) oportunidades de crescimento e condições de participação a todos os membros da organização.

QUESTÃO 21

Em administração de materiais, o método de determinação das quantidades a serem compradas em cada pedido que tem como finalidade a maximização do resultado da empresa e que considera os custos de armazenagem, de preparação do pedido e o consumo periódico, entre outros aspectos, é denominado

- A) lote econômico.
- B) ponto de pedido.
- C) lote otimizado.
- D) modelo de ordem de compra.
- E) método estocástico.

QUESTÃO 22

Acerca dos direitos fundamentais, assinale a opção correta.

- A) Consoante a organização da Constituição da República brasileira, os direitos eleitorais de votar e ser votado, o direito de criar partido político, os direitos concernentes à nacionalidade e os direitos constitucionais pertinentes à relação de trabalho não são todos direitos fundamentais.
- B) Na proteção constitucional do direito à vida, o início da titularidade das prerrogativas do indivíduo dá-se com o nascimento.
- C) Os estrangeiros não-residentes no Brasil não se podem beneficiar da proteção constitucional aos direitos fundamentais.
- D) Uma das características essenciais dos direitos fundamentais é a possibilidade de, em caso de conflito entre dois deles, ambos continuarem válidos, mesmo que apenas um se aplique à situação concreta.
- E) Em face do princípio da igualdade, a Constituição não tolera que um edital de concurso mencione restrição no acesso ao cargo público em razão da idade do candidato, mesmo que se ampare em lei.

QUESTÃO 23

Acerca da organização do Estado na Constituição da República, julgue os seguintes itens.

- I - Apenas a União pode legislar relativamente a licitações.
- II - A proteção à criança e ao adolescente é uma das matérias para as quais a União, os estados e o Distrito Federal têm competência legislativa concorrente. Supondo que inexistisse legislação federal em relação ao tema, cada estado poderá aprovar leis que dele tratem, as quais, no entanto, considerar-se-ão revogadas assim que entre em vigor a lei federal.
- III - A proporcionalidade à população do número de vereadores que cada município pode ter é fixa, pois a Constituição não estatui limites mínimo e máximo de integrantes para as câmaras municipais.
- IV - Se o prefeito de um município desentender-se com um vizinho e feri-lo, deverá ser julgado pelo tribunal de justiça do respectivo estado, se o julgamento ocorrer durante sua gestão, ainda que o crime não tenha relação com o exercício do mandato.
- V - Em todas as hipóteses de intervenção, esta só será decretada se for provida representação ajuizada pelo procurador-geral da República.

A quantidade de itens certos é igual a

- (A) 1. (B) 2. (C) 3. (D) 4. (E) 5.

QUESTÃO 24

Com relação à organização do STF, assinale a opção correta.

- (A) Dos ministros que integram o STF, um quinto é recrutado entre membros do Ministério Público e da advocacia, desde que sejam brasileiros natos, possuam mais de trinta e cinco e menos de sessenta anos de idade, reputação ilibada e notável saber jurídico.
- (B) Considere a seguinte situação hipotética:
O procurador-geral da República ajuizou ação direta de inconstitucionalidade contra lei federal, requerendo a concessão de medida cautelar, que foi deferida pelo Plenário do STF.
Nessa situação, os demais órgãos do Poder Judiciário e os do Poder Executivo estarão obrigados a portar-se em função desse julgamento liminar, dado o efeito vinculante que a Constituição expressamente lhe confere.
- (C) Nos processos de competência do STF, funcionará, representando o Ministério Público Federal, o procurador-geral da República, o qual não atuará necessariamente em todos os processos, mas tão-somente naqueles que lhe forem remetidos pelo ministro relator e nos que pedir vista em função do interesse público existente na causa.
- (D) O STF não tem competência para julgar, originariamente, *habeas corpus* requerido contra decisão de tribunal regional federal e tribunal de justiça, mas será competente se o *habeas corpus* for impetrado contra tribunal superior.
- (E) Todo processo judicial em que se pronuncie a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do poder público tem de ser objeto de julgamento pelo STF, porquanto é desse tribunal a competência para exercer a guarda da Constituição.

QUESTÃO 25

Acerca do Poder Judiciário, julgue os itens abaixo.

- I - Um dos órgãos que integram o Poder Judiciário, com competência especializada, é o Tribunal de Contas da União, que tem, entre outras, a finalidade de julgar as contas dos gestores públicos.
- II - A jurisdição do Tribunal Superior Eleitoral corresponde ao território do Distrito Federal.
- III - Considere a seguinte situação hipotética:
Armando é juiz de direito de um determinado estado e, por preencher os requisitos constitucionais, nos anos de 1990, 1992, 1993 e 1995 integrou lista de merecimento destinada ao provimento do cargo de desembargador do respectivo tribunal de justiça. Foi preterido em todas. No final de 1999, mais uma vez teve seu nome integrando lista de merecimento.
Nesse caso, a promoção de Armando tornou-se obrigatória para a vaga objeto da lista formada no fim de 1999.
- IV - Considere a seguinte situação hipotética:
Patrícia é a juíza federal mais antiga vinculada a um determinado tribunal regional federal, no qual se abriu vaga destinada à promoção por antiguidade. O tribunal, no entanto, reuniu-se em sessão administrativa e deliberou recusar-lhe a promoção.
Nessas condições, é correto afirmar que, à luz da Constituição, o tribunal não poderia tomar tal decisão; com isso, fez surgir para a juíza federal o direito a impetrar mandado de segurança para obter judicialmente a promoção a que fazia jus.
- V - Não obstante a garantia constitucional da inamovibilidade, o juiz pode, em certos casos e mediante certas condições, ser compulsoriamente removido da sede de seu exercício.

Estão certos apenas os itens

- (A) I e III. (C) II e IV. (E) III e V.
(B) I e IV. (D) II e V.

QUESTÃO 26

De acordo com as normas do Código Civil acerca das pessoas, julgue os itens a seguir.

- I - Os menores de dezesseis anos, os mentalmente insanos e os silvícolas são absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil.
- II - A incapacidade absoluta supre-se pela representação dos pais, tutores ou curadores em todos os atos jurídicos.
- III - São pessoas jurídicas de direito privado todas as fundações e associações de utilidade pública e todos os partidos políticos.
- IV - As pessoas jurídicas representam-se judicial e extrajudicialmente pelos respectivos diretores; o estatuto delas, no entanto, pode designar outras pessoas para o exercício dessa competência.
- V - Considere a seguinte situação hipotética:
Pedro é indivíduo de posses e, ao final da vida, considerando que não ajudara a coletividade como deveria, resolveu criar uma fundação para assistir a educação de crianças e adolescentes. Para isso, elaborou testamento, observando os requisitos desse ato jurídico, destinando uma importante soma à instituição da fundação. No testamento, definiu as finalidades dela e declarou a maneira por que deveria ser administrada.
Nessa situação, a forma seguida por Pedro é maneira juridicamente válida para instituir uma fundação.

A quantidade de itens certos é igual a

- (A) 1. (B) 2. (C) 3. (D) 4. (E) 5.

São bens jurídicos, antes de tudo, os de natureza patrimonial. Tudo que se pode integrar no nosso patrimônio é um bem, e é objeto de direito subjetivo. São os bens econômicos. Mas não somente estes são objeto de direito. A ordem jurídica envolve ainda outros bens inestimáveis economicamente, ou insuscetíveis de se traduzirem por um valor pecuniário. Não recebendo, embora, esta valoração financeira, e por isso mesmo não integrando o patrimônio do sujeito, são suscetíveis de proteção legal. Bens jurídicos sem expressão patrimonial estão portas adentro do campo jurídico; o estado de filiação, em si mesmo, não tem expressão econômica; o direito ao nome, o poder sobre os filhos não são suscetíveis de avaliação. Mas são bens jurídicos, embora não-patrimoniais. Podem ser, e são, objeto de direito. Sobre eles se exerce, dentro dos limites traçados pelo direito positivo, o poder jurídico da vontade, e se retira da incidência do poder jurídico da vontade alheia.

Caio Mário da Silva Pereira. *Instituições de direito civil*. 8.ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 1985, vol. 1. *Introdução ao direito civil/Teoria geral de direito civil*, p. 271-2.

Considerando o texto e com relação aos bens jurídicos, assinale a opção **incorreta**.

- (A) As apólices da dívida pública oneradas com cláusula de inalienabilidade são bens imóveis.
- (B) Considere a seguinte situação hipotética:
Márcia está construindo seu lar e, para isso, adquiriu quarenta caixas de pedra cerâmica, as quais ficaram armazenadas na área de sua casa, até o momento de serem assentadas. Na ocasião propícia, a cerâmica foi utilizada no revestimento do piso da residência.
Nessa situação, a cerâmica, por ser destinada à construção, é considerada bem imóvel desde o momento em que foi adquirida por Márcia.
- (C) Principal é a coisa que existe autonomamente, de maneira abstrata ou concreta; acessória é aquela cuja existência depende da existência da principal; todavia, a escultura, em relação à matéria-prima, não é acessória.
- (D) Denominam-se benfeitorias os melhoramentos sobrevindos à coisa pela intervenção do proprietário, possuidor ou detentor, classificando-se elas em necessárias, úteis ou voluptuárias; uma quadra de voleibol construída para lazer em uma residência, por exemplo, insere-se na categoria de benfeitoria voluptuária.
- (E) São divisíveis as coisas que podem ser fracionadas em porções reais e distintas que formam um todo perfeito; a vontade do titular do direito sobre uma coisa originalmente divisível pode vir a torná-la indivisível.

QUESTÃO 28

Quanto à aplicação da lei penal, assinale a opção **incorreta**.

- (A) Se Carlos comete um crime na vigência da lei X e, no curso do processo penal, vem a ser publicada a lei Y, mais severa, sua conduta deve ser julgada à luz da lei Y, vigente ao tempo da prolação da sentença.
- (B) Se Ana comete um delito e, no curso da ação penal, é publicada a lei que comina ao fato pena menos rigorosa, a lei nova deve incidir no processo em andamento.
- (C) Ocorre extinção do crime quando a lei nova deixa de incriminar fato anteriormente considerado ilícito penal.
- (D) A regra que permite a ultratividade e a retroatividade da lei penal não se dirige às leis mais severas.
- (E) Considere a seguinte situação hipotética:
Andréia é servidora civil da Presidência da República e viajou no avião oficial desse órgão a Bangladesh. No vôo de retorno ao Brasil, em um acesso de fúria, Andréia matou a facadas um colega de trabalho. Bangladesh não mantém com o Brasil tratado concernente à punição de crimes.
Nessas condições e considerando estritamente as regras do Código Penal brasileiro, Andréia deverá ser julgada conforme as leis brasileiras.

Acerca dos atos administrativos, julgue os seguintes itens.

- I - Se um professor de uma universidade pública ministra uma aula, no curso do semestre letivo, não se tem nisso exemplo de ato administrativo, integralmente submetido ao regime próprio dessa categoria de ato jurídico.
- II - No exercício do poder discricionário, a competência, como requisito do ato administrativo, não é determinada pela manifestação de vontade da autoridade administrativa.
- III - Se um cidadão ajuizar uma ação contra determinado ato administrativo, requerendo que seja decretada a invalidação dele, poderá o juiz deferir o pedido, diante dos argumentos e das provas trazidas aos autos, não obstante o atributo da presunção de validade dos atos administrativos.
- IV - Apenas a administração pode anular o ato administrativo em razão de ilegalidade.
- V - O Poder Judiciário pode anular o ato administrativo inoportuno ou inconveniente ao interesse público, mediante provocação do cidadão, por meio de ação popular, de órgãos como o Ministério Público, ou do próprio interessado.

A quantidade de itens certos é igual a

- (A) 1. (B) 2. (C) 3. (D) 4. (E) 5.

QUESTÃO 30

Com relação aos contratos administrativos, assinale a opção correta.

- (A) Considere a seguinte situação hipotética:
Durante o expediente de um órgão público, precisou-se adquirir uma fita virgem de videocassete, para a gravação de uma palestra que ali seria proferida. Tratou-se de necessidade excepcional. A autoridade responsável forneceu R\$ 10,00 a um dos servidores do órgão, valendo-se de suprimento de fundos de que dispunha, e determinou-lhe que fosse a uma loja próxima comprar a fita. Assim foi feito.
Na situação apresentada, a aquisição da fita constitui exemplo de contrato administrativo, sujeito às normas da Lei n.º 8.666/93.
- (B) A aplicabilidade do princípio de que os contratos devem ser cumpridos e a força vinculante das disposições dos contratos administrativos não excluem a possibilidade de alterações na relação contratual no curso de sua execução, seja por iniciativa da administração, seja por provocação do contratado.
- (C) Para satisfazer às exigências legais concernentes à formalização dos contratos administrativos, é bastante, em qualquer hipótese, a utilização do termo de contrato, da carta-contrato, da nota de empenho, da autorização de compra ou da ordem de execução de serviço, conforme o caso.
- (D) Na execução do contrato administrativo, pode a administração fiscalizar, orientar, interditar e intervir; essa atuação administrativa, em contrapartida, tem como um de seus efeitos liberar o contratado de responsabilidade decorrente da execução.
- (E) Devido à necessidade de controle dos atos da administração e aos mecanismos legais que visam assegurar a observância dos princípios da legalidade, da moralidade e da finalidade, não se admitem contratos verbais na administração pública.

QUESTÃO 31

No que concerne às modalidades de licitação, assinale a opção correta.

- Ⓐ O que diferencia o convite, o concurso e o leilão das demais modalidades de licitação é a circunstância de os primeiros destinarem-se a contratos com finalidade específica e não a quaisquer aquisições de bens ou serviços.
- Ⓑ Tomando como critérios a complexidade do procedimento administrativo e o valor da contratação a que se destinam, podem ser classificadas, em ordem decrescente, estas modalidades: concorrência, convite e tomada de preços.
- Ⓒ Não pode a autoridade administrativa, em situação na qual seria aplicável o convite, optar pela realização da concorrência.
- Ⓓ Em face do princípio da livre acessibilidade dos brasileiros aos cargos públicos, qualquer cidadão do país pode participar da modalidade de licitação denominada concurso, regida pela Lei n.º 8.666/93, desde que atenda aos requisitos de habilitação previstos em lei e no respectivo instrumento convocatório.
- Ⓔ São características do leilão, entre outras: poder destinar-se à venda de bens móveis e imóveis e não possuir fase prévia de habilitação.

QUESTÃO 32

Acerca do processo administrativo no âmbito da administração pública federal, nos termos da Lei n.º 9.784, de 29 de janeiro de 1999, julgue os itens abaixo.

I - Considere a seguinte situação hipotética:

João e Carmem são servidores de um determinado órgão público, sendo que a segunda é chefe da seção de recursos humanos. Ambos fazem parte de um pequeno grupo que é potencial beneficiário de uma gratificação cuja aplicabilidade vem sendo discutida no órgão. A certa altura, João requer administrativamente a gratificação. Segundo o regimento interno do órgão, caberia a Carmem julgar o requerimento.

Na situação apresentada, apesar da norma regimental que dá competência a Carmem, ela está impedida de apreciar o requerimento de João.

II - Os atos do processo administrativo devem necessariamente ocorrer no horário do expediente normal do órgão.

III - Considere a seguinte situação hipotética:

Joana protocolizou determinado requerimento administrativo, para cuja decisão a autoridade administrativa considerou necessário realizar audiência. Tempos antes da data designada para o ato, o prédio onde funcionava o órgão entrou em reforma, impedindo o funcionamento da repartição. Em face disso, o responsável pelo processo, em tempo hábil, comunicou a todos os interessados que a audiência seria realizada na mesma data, mas em outro prédio público. A audiência foi realizada, mas Joana não compareceu.

Nessa situação, a realização da audiência fora do órgão gerou nulidade para o processo administrativo.

IV - A intimação no processo administrativo pode realizar-se por qualquer meio, desde que se possa ter certeza da cientificação do intimado.

V - Diferentemente do que ocorre no processo judicial, que é marcado pelo formalismo, no processo administrativo são admissíveis provas obtidas por meio ilícito, desde que não gerem a imposição de ônus ao cidadão, não firam a moral pública e não gerem dano ao erário.

Estão certos apenas os itens

- Ⓐ I e IV.
- Ⓑ I e V.
- Ⓒ II e III.
- Ⓓ II e IV.
- Ⓔ III e V.

QUESTÃO 33

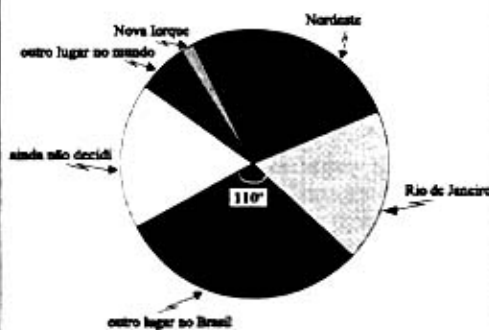
O gráfico ao lado foi adaptado da revista **Exame** de 15/12/99.

Com base no gráfico, a porcentagem de pessoas consultadas que declararam optar por passar o réveillon do ano 2000 em "outro lugar no Brasil" foi

- Ⓐ inferior a 29%.
- Ⓑ superior a 29% e inferior a 30%.
- Ⓒ superior a 30% e inferior a 31%.
- Ⓓ superior a 31% e inferior a 32%.
- Ⓔ superior a 32%.

Na semana de 29/11 a 6/12, a **Exame** sondou, em seu site, as intenções dos **internautas** em relação ao **réveillon** do ano 2000. Veja os resultados:

Onde você vai passar o **réveillon** do ano 2000?



RASCUNHO

Uma locadora de automóveis aluga veículos de passeio e utilitários. O aluguel de cada veículo é composto de um valor fixo por dia utilizado, acrescido de uma taxa por quilômetro rodado. O valor fixo para os veículos utilitários é o valor fixo cobrado dos veículos de passeio, acrescido de $\frac{1}{3}$ desse valor, enquanto as taxas por quilômetro rodado são as mesmas para as duas categorias de veículos. Nessa locadora, uma pessoa alugou um carro de passeio durante 3 dias, percorreu 160 km e pagou por isso o valor de R\$ 170,00. Pouco tempo depois, com os valores dos aluguéis inalterados, ela alugou um veículo utilitário durante 2 dias, percorreu 280 km e pagou por essa nova locação R\$ 50,00 a mais do que havia pago na locação anterior. Com base nessas informações, conclui-se que o valor fixo diário de aluguel de um carro de passeio é

- (A) inferior a R\$ 25,00.
- (B) superior a R\$ 25,00 e inferior a R\$ 35,00.
- (C) superior a R\$ 35,00 e inferior a R\$ 45,00.
- (D) superior a R\$ 45,00 e inferior a R\$ 55,00.
- (E) superior a R\$ 55,00.

QUESTÃO 35

Julgue os itens seguintes.

I - Se A_1 e A_2 são, respectivamente, as áreas das figuras I e II abaixo, em que todos os triângulos são equiláteros e têm lados de mesmo comprimento,

então $\frac{A_1}{A_2} < 1$.

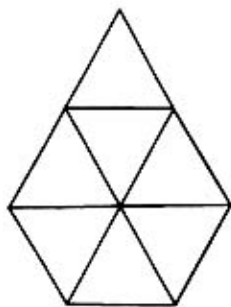


Figura I

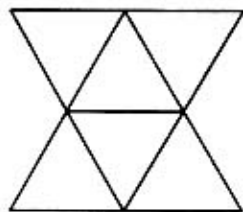


Figura II

II - O único número inteiro positivo a tal que $a - 1$, a e $a + 1$ sejam as medidas dos lados de um triângulo retângulo é $a = 4$.

III - O algarismo das unidades do número 3^{100} é 1.

Assinale a opção correta.

- (A) Apenas um item está certo.
- (B) Apenas os itens I e II estão certos.
- (C) Apenas os itens I e III estão certos.
- (D) Apenas os itens II e III estão certos.
- (E) Todos os itens estão certos.

LÍNGUA PORTUGUESA

Texto LP-I – questões de 36 a 38 e questões 41 e 45

O processo civilizatório da humanidade resultou, em decorrência da instituição do conceito de sociedade, na definição de cidadania. O reconhecimento do papel do cidadão – seus direitos e deveres – perante a sociedade define as bases do relacionamento no grupo social. O estágio de plenitude dentro do contexto de sociedade baseia-se no princípio de que todos tenham ciência de sua importância na formação desta. Cabe-nos questionar se a difusão desses valores na formação do caráter das crianças está sendo feita, bem como o estímulo do exercício da cidadania por elas.

Alémir Cacique. Internet (com adaptações).

QUESTÃO 36

Depreende-se do texto LP-I que

- A "cidadania" é sinônimo de processo "civilizatório da humanidade", ou "sociedade".
- o relacionamento em um grupo social constitui um cidadão.
- basta, para uma sociedade plena, que cada cidadão conheça seus direitos e deveres.
- a criança deve ser estimulada a conhecer e exercer sua cidadania.
- a educação escolar é a responsável pela formação do caráter da criança.

QUESTÃO 37

Assinale a opção que dá continuidade coerente às idéias apresentadas no texto LP-I.

- Para que tenhamos uma sociedade realmente civilizada amanhã, é preciso que invistamos, hoje, na formação de nossas crianças.
- A escola é, então, um direito de todos e um dever do governo.
- Os deveres e direitos do cidadão devem ser questionados e alterados urgentemente, para que possamos ter, de fato, um Brasil melhor.
- De nada adianta investir em educação, no Brasil, porque temos um povo que não sabe assumir seu papel de cidadão, na sociedade.
- Só teremos, de fato, um processo civilizatório quando todas as crianças tiverem direitos e deveres estabelecidos no Estatuto da Criança e do Adolescente.

QUESTÃO 38

Assinale a opção que contém uma correta reescritura, no futuro do pretérito, do último período do texto LP-I.

- Caberá-nos questionar se a difusão desses valores na formação do caráter das crianças estará sendo feita, bem como o estímulo do exercício da cidadania por elas.
- Caberia a nós questionar quando estariam sendo feitos a difusão desses valores na formação do caráter das crianças e o estímulo ao exercício, por elas, da cidadania.
- Caber-nos-ia questionar se estariam sendo feitos a difusão desses valores na formação do caráter das crianças e o estímulo do exercício, por elas, da cidadania.
- Caberia-nos questionar, se a difusão desses valores na formação do caráter das crianças estivesse sendo feita, também o estímulo do exercício da cidadania por elas.
- Nos caberia questionar se a difusão desses valores na formação do caráter das crianças estaria feita, bem como o estímulo do exercício da cidadania por elas.

Texto LP-II – questões de 39 a 41

A educação para a cidadania precisaria empenhar-se em expurgar de cada homem as crenças, as fantasias, as ilusões e, quem sabe, as paixões, que em nada contribuem para o desenvolvimento de uma consciência crítica. Sob esse enfoque, a ingenuidade, para não dizer a ignorância, é profundamente negativa, já que a pessoa ingênua é facilmente enganada pelos detentores do poder. Movendo-se no espaço das crenças e opiniões, ela não consegue discernir o foco de sua dominação e acaba aceitando o discurso hegemônico do interesse geral criado pelo consenso. Por subestimar a importância de seu papel no jogo político da sociedade, o ingênuo abre mão de participar na solução dos conflitos, nas tensões sociais. Assim procedendo, não chega a desenvolver a prática democrática necessária nas negociações desses conflitos, de modo geral sufocando sua insatisfação e seu descontentamento.

Antônio Joaquim Severino. Internet (com adaptações).

QUESTÃO 39

Com base nas idéias do texto LP-II, assinale a opção **incorreta**.

- O homem ingênuo ludibria-se sempre. Ele não questiona, apenas aceita o que se determina em consenso, sem jamais se descontentar.
- Para que se crie consciência crítica, é preciso ater-se a fatos, não a crenças. Só assim se educa um cidadão.
- Aquele que não tem consciência crítica não luta por seus direitos e renuncia à condição de agente no processo democrático, assumindo a postura de paciente desse processo.
- O homem que se move pela paixão, não pela razão, pode ser enganado pelos detentores do poder.
- Todo homem tem papel importante no processo democrático, mas alguns desconhecem tal fato.

QUESTÃO 40

Assinale a opção que apresenta, por meio de estruturas gramaticalmente corretas, informações expressas no texto LP-II.

- Para a cidadania, a educação precisaria esforçar-se, no expurgo em cada homem, das crenças, fantasias, ilusões e, quem sabe, paixões que em nada contribuem para o desenvolvimento de uma consciência crítica.
- É, sob o enfoque do desenvolvimento de uma consciência crítica, profundamente negativa a ingenuidade, para não dizer a ignorância, haja vista que os detentores do poder facilmente enganam a pessoa ingênua.
- O ingênuo não consegue discernir o foco de sua dominação, que se move no espaço das crenças e opiniões e finda por aceitar o discurso hegemônico do interesse geral criado pelo consenso.
- O ingênuo, por não participar na solução dos conflitos e nas tensões sociais, subestima a importância de seu papel no jogo político da sociedade.
- O ingênuo, ao abrir mão de participar na solução dos conflitos, não desenvolve a prática democrática, necessária nessas negociações, sufocando sua insatisfação e seu descontentamento.

QUESTÃO 41

Tendo como base os textos LP-I e LP-II, é correto concluir que

- I - as idéias apresentadas em ambos os textos são contraditórias.
- II - as idéias apresentadas no texto LP-I são conseqüências das apresentadas no texto LP-II.
- III - as idéias apresentadas no texto LP-I centram-se na definição de cidadania. As do texto LP-II, no questionamento acerca da educação para o exercício da cidadania.
- IV - o texto LP-II poderia constituir um parágrafo conclusivo das idéias apresentadas no texto LP-I.

Assinale a opção correta.

- Ⓐ Apenas o item I está certo.
- Ⓑ Apenas o item III está certo.
- Ⓒ Apenas o item IV está certo.
- Ⓓ Apenas os itens II e III estão certos.
- Ⓔ Apenas os itens II e IV estão certos.

Texto LP-III – questões de 42 a 45

A cidadania no mundo contemporâneo prescinde da exigência dos vínculos comunitários tradicionais, mas não se reduz à pura afirmação da liberdade em face do Estado. Ela é um conceito complexo porque apela à participação fora de contextos necessariamente comunitários e porque, agindo na esfera da liberdade, supõe uma visão participada de cultura política sob uma matriz de tipo constitucional. A idéia de comunidade presente na vida moderna é de tipo ideal e temático: ela reenvia o homem para um consenso mínimo em torno de valores do tipo constitucional e laicaio. Isso sob o pano de fundo de uma real fragmentação dos vínculos tradicionais e a afirmação emergente da diferença de sua posição ou do seu posicionamento como elemento constituinte do próprio processo democrático.

QUESTÃO 42

As opções abaixo apresentam reescrituras de partes do texto LP-III, que se localizam nas linhas mencionadas. Assinale a opção que mantém as relações de idéias do texto e obedece às regras gramaticais da norma culta.

- Ⓐ Linhas 1 e 2: **Exigir ligações da comunidade tradicional fundamentam a cidadania no mundo atual**
- Ⓑ Linhas 2 e 3: **mas não pode ser relegada à única afirmação da liberdade ao encontro do Estado**
- Ⓒ Linhas de 3 a 5: **é uma definição complicada porque exige a participação necessariamente fora dos contextos de comunidade**
- Ⓓ Linhas de 7 a 10: **A comunidade moderna, constituída de cidadãos presentes, é ideal, temática, constitucional e laicaia**
- Ⓔ Linhas de 10 a 12: **Isso sob uma verdadeira fragmentação das ligações tradicionais**

QUESTÃO 43

Observando a correspondência estabelecida entre pronomes e seus correlatos no texto LP-III, assinale a opção que apresenta associação correta.

- Ⓐ "se" (l.2) / "exigência" (l.2)
- Ⓑ "Ela" (l.3) / "A cidadania no mundo contemporâneo" (l.1)
- Ⓒ "ela" (l.9) / "vida moderna" (l.8)
- Ⓓ "Isso" (l.10) / "tipo ideal e temático" (l.8-9)
- Ⓔ "sua" (l.12) / "vínculos tradicionais" (l.11-12)

QUESTÃO 44

No texto LP-III, não se relaciona diretamente ao conceito contemporâneo de cidadania

- Ⓐ a inexigibilidade dos vínculos comunitários tradicionais.
- Ⓑ a participação fora de contextos necessariamente comunitários.
- Ⓒ o reenvio do homem para um consenso mínimo em torno de valores do tipo constitucional e laicaio.
- Ⓓ a suposição de uma visão participada de cultura política sob uma matriz de tipo constitucional.
- Ⓔ a ação na esfera da liberdade.

QUESTÃO 45

Os textos LP-I e LP-III apresentam como assunto(s) comum(ns)

- Ⓐ a definição de cidadania e o papel do cidadão na sociedade.
- Ⓑ o papel da escola na educação do cidadão para uma sociedade mais justa.
- Ⓒ a inevitabilidade de uma sociedade individualista em conseqüência de um mundo mais exigente.
- Ⓓ a globalização como causa das transformações políticas, sociais e econômicas na sociedade.
- Ⓔ a nova visão do mundo e das organizações sociais a partir das idéias impostas pelos governantes de um país.

Texto LP-IV – questões de 46 a 50

Somos conscientes, de que o exercício da cidadania ainda está distante para a grande maioria do nosso povo e mesmo diante dessa injustiça, convivemos com governos que subordinam o desenvolvimento social aos seus modelos de políticas econômicas, reforçando a desigualdade estrutural existente em nossa sociedade. Levando-nos a viver sob a égide das chamadas leis do mercado, onde imperam o individualismo, a competitividade e o consumismo, as quais sufocam aos valores da igualdade, da solidariedade e, principalmente, de uma democracia participativa. As conseqüências geradas por esses modelos, são conhecidas e sentidas por todos nós, o desemprego cresce a cada dia, os roubos se misturam a miséria e se alastram como um câncer, os valores morais se degeneram e a cidadania reduz-se a mero substantivo.

A globalização é um fato inquestionável e tem na informação seu maior agente propulsor. Para garantir o acesso e a participação nesse novo processo, faz-se necessário a superação dos vários tipos de corporativismo que ainda persistem em nosso meio, o que reclama do poder público, nas suas diversas esferas, uma política alternativa que promova o desenvolvimento social por intermédio da educação, revertendo o processo de exclusão em que vivemos. Acreditamos ser plenamente possível conciliar prioritariamente o combate a exclusão social e a estabilidade da moeda.

Internet: (com adaptações).

QUESTÃO 46

Para que o primeiro parágrafo do texto LP-IV seja pontuado de acordo com as regras gramaticais, será necessário

- I - retirar a vírgula depois da palavra "conscientes" (l.1).
- II - incluir uma vírgula depois do termo "e" (l.2).
- III - substituir o ponto final depois da palavra "sociedade" (l.6) por uma vírgula.
- IV - retirar a vírgula depois da palavra "modelos" (l.11).
- V - substituir a vírgula depois da palavra "nós" (l.11) por dois-pontos.

A quantidade de itens certos é igual a

- A 1.
- B 2.
- C 3.
- D 4.
- E 5.

QUESTÃO 47

No texto LP-IV, para que as regras de concordância nominal e verbal da norma culta sejam respeitadas, faz-se obrigatória a substituição de

- A "imperam" (l.7) por **impera**.
- B "sufocam" (l.8) por **sufoca**.
- C "reduz-se" (l.14) por **reduzem-se**.
- D "necessário" (l.17) por **necessária**.
- E "persistem" (l.18) por **persiste**.

QUESTÃO 48

Com base nas informações do texto LP-IV, assinale a opção correta.

- A Os governos mundiais são responsáveis pelo individualismo hoje existente porque impõem ao homem a necessidade de estar sempre lutando por igualdade social e política.
- B O desemprego é conseqüência de várias doenças, como o câncer, porque não há espaço hoje para todos, na sociedade, por ausência de valores morais.
- C A inquestionável globalização impulsionada pela informação garante o acesso e a participação nesse novo processo.
- D Os modelos de política econômica hoje existentes impulsionam o consumismo, sufocando os valores de uma sociedade democrata participativa.
- E Somente com a educação será possível reverter os males causados pelo governo e pela globalização porque somente esta poderá combater a exclusão social e estabilizar a moeda nacional.

QUESTÃO 49

Com relação a aspectos gramaticais do texto LP-IV, julgue os itens a seguir.

- I - Para que as regras de ortografia sejam respeitadas, será necessário corrigir a palavra "corporativismo" (l.18).
- II - Para que as regras de regência sejam respeitadas, será necessário empregar o sinal indicativo de crase em mais de uma ocorrência do vocábulo "a".
- III - Na linha 8, há erro de regência.
- IV - Todas as palavras do texto estão corretamente acentuadas.
- V - Na linha 16, há erro de concordância verbal.

A quantidade de itens certos é igual a

- A 1.
- B 2.
- C 3.
- D 4.
- E 5.

QUESTÃO 50

Com base nas idéias do texto LP-IV, assinale a opção correta.

- A É sabido que o exercício da cidadania está longe para a maior parte do povo e que os governos subordinam ao desenvolvimento social os seus modelos de políticas econômicas.
- B A substituição da expressão "as quais" (l.8) pelo vocábulo **que** mantém inalteradas as relações de idéias.
- C As conseqüências dos modelos econômicos são sentidas por todos, o desemprego é crescente, os furtos se confundem e a miséria se alastra como um câncer.
- D A superação de alguns problemas que ainda persistem na sociedade reivindica do poder público uma política educacional que promova alternativamente o desenvolvimento social.
- E Acredita-se que a estabilidade da moeda e a luta contra a exclusão social não são incompatíveis.